

# O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

6 DE OUTUBRO DE 2017

## PETROLEIROS SAEM ÀS RUAS NO RIO EM ATO CONTRA PRIVATIZAÇÕES



No aniversário de 64 anos da Petrobrás, comemorado no dia 3 de outubro, petroleiros de todo o País fizeram um grande ato pela soberania nacional e contra a privatização das estatais, no centro do Rio de Janeiro.

A manifestação, organizada pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas juntamente com a FUP, contou com a participação de milhares de trabalhadores de outras empresas públicas e até de categorias não ligadas a estatais. Também participaram movimentos sociais, centrais sindicais e das frentes Brasil

Popular e Povo Sem Medo.

O ato teve início em frente ao prédio da Eletrobrás, cuja privatização já foi anunciada pelo governo golpista de Temer. No início da tarde, os trabalhadores saíram em passeata até a sede da Petrobrás, onde o ex-presidente Lula convocou o povo a lutar pela soberania do País e falou sobre a importância das estatais e da Petrobrás para o desenvolvimento nacional. “A Petrobrás não é apenas uma empresa de petróleo, é um instrumento de desenvolvimento, pois tem milhares de empresas que dependem da Petrobrás, tanto na área de

óleo, quanto na de gás. A Petrobrás não é apenas um fura-poço. A Petrobrás é uma empresa de incentivo tecnológico e científico. Por isso, nós investimos em pesquisa e, por isso, nós atingimos a autossuficiência e fizemos a maior descoberta de petróleo do século XXI”.

### DELEGAÇÃO MINEIRA

Aproximadamente 80 petroleiros de Minas Gerais participaram do ato no Rio de Janeiro. Minas também marcou presença com a presidenta da CUT MG, Beatriz Cerqueira e os dirigentes do MAB, Joceli Andrioli e Soniamara Maranhão.





## EDITORIAL

# E você, de que lado está?

Como a maioria já deve saber, a campanha salarial deste ano talvez seja uma das mais difíceis da história da categoria petroleira. Além de estarmos vivendo sob um golpe político, onde nenhum direito está assegurado, somos uma das poucas categorias a negociar uma pauta de reivindicações cheia.

E a luta neste ano vai muito além do Acordo Coletivo de Trabalho. Ela é sobre o direito ao emprego e à retomada da Petrobrás como empresa indutora do desenvolvimento nacional e do crescimento da economia por meio do retorno em investimentos na indústria brasileira e, conseqüentemente, na geração de empregos.

Por isso, é muito importante saber: de que lado da luta você está? Do lado da empresa, que atualmente representa a privatização, o desmonte, os acidentes e a retirada de direitos? Ou do lado dos trabalhadores que, mais do que nunca, precisam se unir e se mobilizar para garantir a manutenção de seus empregos e direitos?

## de que lado você está?



### Erramos

O Sindipetro/MG esclarece que, no Informe Online de 4 de setembro de 2017, foi publicada uma informação errada acerca do desconto assistencial de 2% para a campanha salarial deste ano. O desconto NÃO SERÁ aplicado sobre a remuneração dos aposentados, como informado na publicação. A cobrança será feita apenas sobre o salário base da ativa, conforme aprovado em assembleias realizadas nos dias 5, 6 e 8 de setembro.

## Espaço Jurídico



### TST anula decisão em ação do RSR da Regap

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) anulou a decisão da ação do RSR da Regap, que era favorável aos trabalhadores. A sentença, divulgada no dia 26 de setembro, torna nulo os efeitos da decisão anterior, que já estava em execução em Betim.

Em 2015, o TST alterou sua jurisprudência sobre o critério de cálculo do RSR. No entanto, a decisão favorável aos trabalhadores de Minas é de 2013, ou seja, anterior à mudança. Além disso, a Súmula 83 do TST diz que mudança na jurisprudência não pode ser aplicada retroativamente a casos em que não cabe mais recurso.

Porém, o TST abriu um precedente para aplicar uma nova interpretação ao tema, entendendo que o julgamento anterior foi contrário à Constituição e, ainda, aplicar retroativamente a nova decisão. É um caso paradigmático de insegurança jurídica provocada pela Justiça do Trabalho. A tese do TST é de que Constituição foi violada na decisão anterior já que a lei que garante o repouso semanal remunerado aos trabalhadores não é aplicável aos petroleiros, cujo regime de trabalho seria regido por lei específica.

A assessoria jurídica do Sindipetro/MG não concorda com a tese do TST e vai apresentar recursos ao Supremo Tribunal Federal nos próximos dias para tentar reverter a decisão.

### Sindipetro/MG vai atuar em processo da RMNR

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) deferiu o pedido feito pelo Sindipetro/MG para atuar como *amicus curiae* no processo de complemento da RMNR dos petroleiros, que é uma espécie de colaborador da Corte. Com isso, o TST receberá os argumentos específicos do Sindicato, que deverão ser apresentados em audiência pública no dia 27 de outubro, e também por meio de teses jurídicas.

As ações judiciais que envolvem o pedido de diferenças da RMNR estão suspensas desde outubro de 2016. Isso porque a Petrobrás apresentou um recurso para a alteração da jurisprudência, que atualmente é favorável à tese dos trabalhadores.

A audiência tem como objetivo discutir a natureza da RMNR, considerando os antecedentes à negociação que instituiu a parcela e os acordos coletivos que tratam do tema. A partir daí, o Tribunal terá elementos para definir se os adicionais noturno, de periculosidade, de sobreaviso e de confinamento incidirão ou não sobre a RMNR, como reivindicam os trabalhadores e como diz a jurisprudência.

A ação da Regap continua em execução na 3ª Vara do Trabalho de Betim. Uma liminar do TST, no entanto, impede que os créditos sejam liberados enquanto não confirmado o direito na ação do Tribunal Superior.

**Horário de atendimento do departamento jurídico:**

**Segunda, Quarta e sexta-feira das 10h as 18h.**

**O atendimento também é feito com horário marcado.**

**Tel: 2522-9801**



# Sindipetro/MG repudia venda de usinas da Cemig

A entrega do Estado brasileiro ganhou mais um capítulo na semana passada com a privatização de quatro usinas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). As hidrelétricas foram leiloadas pelo governo Temer por R\$ 12,1 bilhões.

Juntas, as usinas de São Simão, Jaguará, Volta Grande e Miranda respondem por quase metade da energia gerada pela Cemig.

Com isso, além do prejuízo financeiro à empresa e à população, que provavelmente arcará com um aumento da conta de luz, a privatização também representa uma ameaça à soberania nacional. É mais uma entrega do patrimônio do povo brasileiro aos estrangeiros.

O **Sindipetro/MG**, que faz parte da Campanha em Defesa do Serviço Público, repudia a entrega do patrimô-

nio dos mineiros à investidores estrangeiros e manifesta sua solidariedade aos trabalhadores da Cemig e à população de Minas Gerais, que será a mais atingida pela política privatista de Temer.

## RECURSOS

No dia 28 de setembro, a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou um projeto do deputado Patrus Ananias (PT) para sustar os efeitos do leilão.

Além disso, a Cemig já informou que vai recorrer do leilão e pedir

indenização pela venda das usinas. A empresa também tem ações no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF) onde pede a suspensão do leilão e alega o direito à renovação dos contratos de concessão por mais 20 anos.



# Greve dos Correios é considerada ilegal, mas categoria mantém luta

Primeira categoria em campanha salarial após a aprovação da Reforma Trabalhista, os trabalhadores dos Correios vêm sofrendo um ataque atrás do outro. Na última semana, a categoria foi surpreendida com a confirmação de que a empresa entrará para a lista de estatais que o governo golpista de Michel Temer pretende privatizar. A justificativa para a venda da estatal é de que a empresa registrou um déficit de R\$ 1,5 bilhão em 2016.

No entanto, segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (Fentect), esse resultado é consequência da política de descapitalização que vem sendo adotada na empresa, que tem fechado agências e entregado parte dos serviços à iniciativa privada.

Já no último dia 28, a paralisação da categoria foi considerada ilegal pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Conforme decisão do ministro Emma-

noel Pereira, a greve foi deflagrada com a negociação ainda não encerrada. Apesar da decisão, a categoria manteve a mobilização.

A sentença permitiu que a empresa adote as providências que entender pertinentes, partindo da premissa de que não há greve, mas simplesmente ausência ao trabalho. Uma reunião de conciliação foi realizada no dia 4 de outubro, mas até o fechamento desta edição não havia resultado.

Um verdadeiro ataque aos funcionários que, segundo a Fentect, estão em campanha salarial há mais de 40 dias e, até agora, só receberam como proposta a exclusão de cláusulas do novo Acordo Coletivo de Trabalho, sem qualquer tipo de abertura à negociação. A Fentect informou ainda que contestou judicialmente decisão do TST sobre abusividade da greve e reafirmou a luta pelos Correios como empresa pública.

**PRIVATIZAR É ROUBAR DA POPULAÇÃO!**



CAMPANHA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO!

**CUT** MINAS  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Campanha da CUT Minas em defesa do serviço público



#NenhumDireitoAMenos

# PETROLEIROS SÃO UNÂNIMES AO REJEITAR PROPOSTA



Os petroleiros de Minas Gerais rejeitaram, unanimemente, a primeira proposta da Petrobrás nas negociações do ACT 2017/2019. Os trabalhadores também aprovaram o estado de greve e assembleia permanente, a chancela de que nenhuma proposta que retire direitos da categoria será aprovada e também o fim das interinidades.

As assembleias foram realizadas com os trabalhadores da Regap, da Termelétrica Aureliano Chaves, da Transpetro e da Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, em Montes Claros. No restante do País a situação também é similar: com a redução de direitos, os petroleiros não vão aceitar a proposta para o Acordo Coletivo da categoria.

## PROPOSTA REDUZ DIREITOS

Sob a alegação de sustentabilidade da empresa, a Petrobrás apresentou em reunião no último dia 14 uma proposta de ACT que retira inúmeros direitos dos petroleiros. No entanto, o Grupo de Estudos Estratégicos e Propostas (GEEP) apontou, que o argumento para tamanho ataque aos trabalhadores não se justifica. A empresa tem mantido seu lucro nos últimos anos, diminuído seus custos com o corte de pessoal e, inclusive, recentemente vem reduzindo sua produção. Leia a matéria completa no site do Sindipetro/MG: <https://goo.gl/Pgn8yN>



Assembleia na Regap rejeita proposta da Petrobrás para ACT 2017-2019

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017 - 2019

### PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA DA PETROBRÁS

**Com redução de direitos, não tem acordo!**



Reajuste salarial de 1,73% no salário básico e na RMNR;  
Redução de 50% para as Horas Extras e dobradinhas (extra-torno);  
Redução do pagamento das horas da troca de turno. O pagamento será limitado a 15 minutos. Se o tempo for de até 10 minutos, não será mais remunerado;  
Alteração dos indicadores que compõem a metodologia do regramento para pagamento da PLR.

Fim do recebimento do auxílio almoço no contracheque. A empresa propõe a migração obrigatória para o Vale Refeição/Vale Alimentação e que o valor do Auxílio Almoço não seja mais considerado no cálculo da Gratificação de Férias e do 13°



Implantação de uma nova modalidade de redução da jornada de trabalho do regime administrativo, de cinco para quatro dias semanais com redução de 20% da remuneração

Fim da promoção por antiguidade de Pleno para Sênior nos cargos de nível médio



0% de reajuste para os Benefícios Educacionais e Fim do Programa Jovem Universitário



Redução da gratificação de férias, que passará a ser remunerada em 1/3. Os 2/3 restantes serão pagos em forma de abono

Fim do Benefício Farmácia, que será substituído por um programa de acesso limitado e com restrição de medicamentos



RESULTADO DAS ASSEMBLEIAS	
PAUTAS	APROVAÇÃO
1 - rejeição da proposta da Petrobrás;	100%
2 - "Com redução de direitos não acordo";	100%
3 - estado de greve e assembleia permanente;	99,3%
4 - fim das interinidades;	96,9%